RELATÓRIO FINAL DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO PARA,
NO PRAZO DE 120 DIAS, PROCEDER À APURAÇÃO DE MALVERSAÇÃO
DE RECURSOS NA CONSTRUÇÃO DE PEQUENOS BARRAMENTOS NA
REGIÃO AFETADA PELAS SECAS EM MINAS GERAIS, NO NORTE DE
MINAS E VALES DO JEQUITINHONHA E DO MUCURI

Maio/2000

Sumário

1 - Introdução

1.1 - Antecedentes

1.2 - Objetivos

1.3 - Desenvolvimento dos trabalhos

1.3.1 - Depoimentos em reuniões da Comissão

1.3.2 - Visita realizada

2 - Conhecimento do problema: o Programa de Melhoria da Oferta de Água no
Semi-Árido Mineiro

2.1 - Órgãos e entidades com atuação no Programa

2.2 - Concepção do Programa

3 - As investigações

3.1 - Declarações em Comissão

3.2 - Visita técnica realizada

3.3 - Pesquisa junto às Prefeituras

4 - Conclusões

5 - Recomendações

6 - Agradecimentos

7 - Anexos

7.1 - Síntese dos depoimentos em Comissão

7.2 - Questionário remetido às Prefeituras

7.3 - Quadro síntese com as respostas das prefeituras ao questionário

1 - Introdução

1.1 - Antecedentes

Em 1997, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária desta Casa, atendendo a requerimento aprovado em Plenário, realizou visita a municípios selecionados do vale do Jequitinhonha para inspecionar os microbarramentos cujas obras estiveram sob a responsabilidade da COPASA-MG. A visita dos parlamentares ocorreu nos dias 1º e 2/10/97, em companhia de diretores e técnicos da mencionada empresa e de um engenheiro perito do Tribunal de Contas do Estado.

Os Deputados Miguel Martini, Roberto Amaral, Sebastião Navarro Vieira e Maria José Haueisen, esta representando o Deputado Durval Ângelo, visitaram um total de 6 barragens nos Municípios de Araçuaí, Francisco Badaró e Almenara. Essas obras foram concebidas e executadas no âmbito de um conjunto maior de ações governamentais, denominado Programa de Melhoria da Oferta de Água no Semi-Árido

Mineiro, que compreendia, principalmente, a construção de pequenas barragens em locais de pouca disponibilidade de recursos hídricos.

Um dos principais objetivos do Programa era a construção de 132 barragens em 44 municípios dos vales dos rios Jequitinhonha, Pardo e Mucuri, estabelecendo-se o máximo de 3 barragens para cada um. Os recursos previstos para as obras eram provenientes do Tesouro Estadual, de recursos orçamentários em dotação do extinto Departamento de Recursos Hídricos de Minas Gerais - DRH-MG -, hoje Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM -, no valor de R\$2.100.000,00, e do Programa Comunidade Solidária, do Governo Federal, no valor de R\$4.500.000,00, totalizando um montante de R\$6.600.000,00, com o custo unitário médio de cada barragem orçado em R\$50.000,00.

A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária constatou que o objetivo preconizado pelo Programa não foi de imediato alcançado, pois, das 132 barragens previstas, apenas 70 foram executadas, com custos que variavam desde R\$33.000,00 até R\$187.000,00, aproximadamente, com recursos efetivamente empenhados de R\$5.602.648,92, ou seja, a um custo médio de R\$80.037,84.

Quanto às barragens vistoriadas, a Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária identificou os seguintes problemas:

- a barragem construída em Francisco Badaró, dentro do perímetro urbano, teve sua localização modificada, supostamente para beneficiar um parente do Prefeito;

- constatou-se a existência de pequenos vazamentos em duas outras obras, uma no Município de Francisco Badaró e a outra em Berilo, no Córrego Água Suja. A

COPASA-MG assumiu serem defeitos relativos à construção, para os quais estava providenciando correção;

- uma barragem em Araçuaí estava completamente seca, o que a COPASA-MG, por intermédio do Sr. Pedro Paulo Ferreira dos Santos, ex-Diretor de Recursos Hídricos e Meio Ambiente da referida Companhia, justificou ser devido a um prolongado período de estiagem, fato que esta CPI comprovou não ser verdade;

- a barragem de Vale Verde-Córrego do Pastinho, segundo um fazendeiro do Município de Joáima é cara e de pouca utilidade, não tendo capacidade de atender a população. O Sr. Pedro Paulo Ferreira dos Santos refutou essa crítica, alegando que a falta de chuvas impediu a plena operacionalidade do barramento;

- a barragem de Sacode, em Almenara, foi a única entre as visitadas que apresentava nível de água normal e estava atendendo a seus objetivos.

O assunto “seca e suas conseqüências em Minas Gerais” voltou a ser destaque no Legislativo Estadual quando, em decorrência de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, aprovado pelo Plenário desta Casa em 24/2/99 e publicado no “Diário do Legislativo” de 26/2/99, foi instaurada uma Comissão Especial para, no prazo de 60 dias, proceder a levantamento sobre os efeitos da seca e suas conseqüências para a vida pública, econômica e social na Região Norte de Minas. Posteriormente, a requerimento da Deputada Maria José Haueisen, a denominação passou a ser Comissão Especial da Seca no Norte de Minas, Jequitinhonha e Mucuri, estendendo-se também sua área geográfica de atuação.

Entre as diversas soluções emergenciais apontadas por aquela Comissão para o combate aos efeitos da seca, sugeriu-se dar “continuidade ao programa de construção de pequenos barramentos”. Tal recomendação veio acompanhada da seguinte justificação:

“Esse programa, que tem o mérito de ser uma das melhores ações no combate aos efeitos das secas, deverá passar por uma etapa de profunda avaliação, para sanar os vícios detectados durante sua execução no ano de 1998.

Avaliamos que esse Programa só poderá atingir plenamente seus objetivos, se houver um envolvimento direto das Prefeituras Municipais, como elemento auxiliar da fiscalização das obras, e da comunidade beneficiada, na indicação de alternativas para locação dos barramentos e na priorização do uso das águas.

Além disso, esta Comissão recebeu inúmeras denúncias de graves irregularidades na construção de diversas barragens. Algumas não acumulam água, como pudemos constatar na visita à obra da Chapada do Lagoão, em Araçuaí (realizada em 1999), quando comprovamos que observação feita pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em 1997, não se devia à escassez de chuvas. Outras têm problemas estruturais, e muitas ficaram só no papel. Por isso, recomendamos que o Executivo proceda a um levantamento completo dos barramentos construídos que apresentam problemas, para verificar a possibilidade de recuperá-los plenamente e colocá-los a serviço das comunidades.”.

Tendo em vista sugestões como essa e com base, não só no que já tinha sido verificado pelos parlamentares, mas também em denúncias e solicitações enviadas à Assembléia para que se apurassem irregularidades cometidas na realização do programa de construção de barragens no semi-árido mineiro, os Deputados membros da Comissão

Especial da Seca no Norte de Minas apresentaram requerimento ao Presidente da Assembléia Legislativa, para que fosse constituída esta CPI. O requerimento foi deferido pelo Presidente desta Casa em 16/9/99, e a Comissão teve seus membros indicados pelas lideranças partidárias, ficando assim constituída:

Pelo PSDB: efetivo - Deputado Carlos Pimenta; suplente - Deputada Elbe Brandão; pelo PMDB: efetivo - Deputado Dimas Rodrigues; suplente - Deputado Antônio Andrade; pelo PDT: efetivo - Deputado Marcelo Gonçalves; suplente - Deputado Doutor Viana; pelo PFL: efetivo - Deputado Bilac Pinto; suplente - Deputado Sebastião Navarro Vieira; pelo PL: efetivo - Deputado Pastor George; suplente - Deputado José Milton; pelo PSD: efetivo - Deputado João Paulo; suplente - Deputado Dalmo Ribeiro Silva; pelo PT: efetivo - Deputada Maria José Haueisen; suplente - Deputado Rogério Correia.

Na primeira reunião da Comissão, em 29/9/99, foram eleitos Presidente, o Deputado Marcelo Gonçalves, Vice-Presidente, o Deputado Bilac Pinto, e designada relatora, a Deputada Maria José Haueisen. Definiu-se, ainda, que a CPI reunir-se-ia, ordinariamente, às terças-feiras, às 14h30min.

1.2 - Objetivos

O principal objetivo desta CPI era proceder, no prazo de 120 dias, à apuração de malversação de recursos na construção de pequenos barramentos na região afetada pelas secas em Minas Gerais, no Norte de Minas e nos vales do Jequitinhonha e do Mucuri. Para alcançar esse objetivo, a Comissão colheu depoimentos de convidados, representantes, dirigentes e ex-dirigentes de órgãos e entidades envolvidos com o Programa, de técnicos e diretores de empresas privadas envolvidas com as obras, de

autoridades públicas dos municípios beneficiados pelo Programa e das associações microrregionais dos vales dos rios São Francisco, Jequitinhonha e Mucuri, bem como de representantes de organizações não governamentais e lideranças populares.

A Comissão preocupou-se também em colher subsídios para otimizar as ações de prosseguimento do Programa, uma vez que considera esse tipo de solução uma das melhores formas de aumentar a oferta de água no semi-árido mineiro.

1.3 - Desenvolvimento dos trabalhos

1.3.1 - Depoimentos em reuniões da Comissão

Dia 16/11/99

Srs. Roberto Grapiúna, Presidente da Associação dos Municípios do Baixo Jequitinhonha; Rogério Rocha Rafael, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Jequitinhonha.

Dia 23/11/99

Srs. Sérgio Luís Amaral Ferreira, Diretor da SUDENOR-SEPLAN; Valter Vilela Cunha, Superintendente de Recursos Hídricos e Meio Ambiente da COPASA-MG.

Dia 30/11/99

Srs. Aelton José de Freitas, Presidente da EMATER; Ênio Resende de Souza, engenheiro-agrônomo da EMATER; José Ludgero Rocha, representante do IEF.

Dia 7/12/99

Srs. Ruy José Vianna Lage, ex-Presidente da COPASA-MG; Rúbio de Andrade, ex-Superintendente da SUDENOR-SEPLAN.

Dia 14/12/99

Sra. Maria de Lourdes Pereira dos Santos, Diretora de Desenvolvimento Hídrico do IGAM.

Dia 22/2/2000

Sr. Pedro Paulo dos Santos, ex-Diretor de Recursos Hídricos e Meio Ambiente da COPASA-MG.

Dia 29/2/2000

Sr. Túlio de Araújo Mecnas, ex-Diretor de Recursos Hídricos do IGAM.

Dia 28/3/2000

Sra. Ana Luiza de Souza Santos, da Caritas Diocesana de Almenara; Srs. João Batista Alves de Souza, do Banco Nacional de Apoio à Agricultura Familiar - BNAF -, de Araçuaí; Boaventura de Castro, do Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica, de Turmalina; Adson Marinho, empresário.

Dia 18/4/2000

Srs. Pedro Paulo Ferreira dos Santos, ex-Diretor de Recursos Hídricos e Meio Ambiente da COPASA-MG; Túlio de Araújo Mecnas, ex-Diretor de Recursos Hídricos do IGAM; Rúbio de Andrade, ex-Superintendente da SUDENOR-SEPLAN; Ana Luiza de Souza Santos, representante da Caritas Diocesana de Almenara; João Batista Alves

de Souza, do BNAF, de Araçuaí; José Antônio Ribeiro, de Minas Novas; Charles Azevedo Ferraz, Prefeito de Itinga; José Botelho de Souza, Prefeito de Berilo.

Dia 25/4/2000

Sr. Orlando Vignoli Filho, Diretor da DAM - Projetos de Engenharia Ltda.; Sr. Eduardo Macedo Andrade, Diretor da ETENGE - Empresa Técnica de Engenharia Ltda.; Sr. Luiz Eduardo Monteiro, Diretor da Franssis Engenharia; Sr. Leonardo Eulálio Lélis, Diretor da OEL Construtora; Sr. Danilo Felício Pereira, Diretor da Conservasolo - Engenharia de Projetos Consultoria Técnica Ltda.; Sr. Robert José Barbosa, Diretor da Construtora SANENCO; Sr. Maurílio Reis Bretas, Diretor da Global Engenharia; Sr. Mauro Roberto Neuenschwander, Diretor da Construtora Integral Ltda.

Dia 2/5/2000

Sr. Aloísio Fantini Valério, ex-Presidente da RURALMINAS; Sr. Orlando Pinto Rodrigues Júnior, Diretor da RBR - Empreendimentos e Construções Ltda.; Sr. Reinaldo Landulfo Teixeira, técnico da COPASA-MG; Sr. Eduardo Leite, técnico da Fundação João Pinheiro.

1.3.2 - Visita realizada

Nos dias 13 e 14 de abril de 2000, a Comissão realizou uma visita técnica de inspeção a cinco barragens, nos Municípios de Araçuaí, Berilo, Francisco Badaró e Itinga, das quais quatro foram construídas com recursos do Programa e uma, com recursos próprios da Prefeitura de Berilo.

Estiveram presentes à visita os Deputados Marcelo Gonçalves, Bilac Pinto e Maria José Haueisen, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e relatora desta

Comissão, acompanhados de um Consultor, da equipe de reportagem da Assembléia Legislativa e também do Sr. Eustáquio Lomelino Cardoso, Chefe da Divisão de Tecnologia de Oferta Hídrica do IGAM.

Acompanharam ainda os trabalhos Prefeitos Municipais, Vereadores, técnicos da EMATER, lideranças e moradores das comunidades beneficiadas.

2 - Conhecimento do problema: o Programa de Melhoria da Oferta de Água no Semi-Árido Mineiro

2.1 - Órgãos e entidades com atuação no Programa

Na primeira fase do Programa, denominada Projeto de Pequenas Barragens nos Vales dos Rios Jequitinhonha, Pardo e Mucuri, participaram os seguintes órgãos, entidades e empresas, com as respectivas atribuições:

a) Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPLAN -, por intermédio da Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas - SUDENOR -: exercer a coordenação geral e o planejamento do Programa; coordenar a atuação dos diversos órgãos e entidades envolvidos; acompanhar e fiscalizar a execução do Programa; elaborar relatório de acompanhamento físico e financeiro do Programa, em parceria com a coordenação executiva; responsabilizar-se pelo repasse à COPASA-MG dos recursos financeiros necessários ao cabal cumprimento do Programa; coordenar a capacitação e o repasse dos recursos destinados ao Programa; participar dos processos de licitação, celebrar contratos e convênios para implantação do Programa e consignar, no orçamento do Estado, as dotações a ele destinadas.

b) Departamento de Recursos Hídricos do Estado de Minas Gerais - DRH-MG: coordenar a execução física de obras de reservação, adução e distribuição de água, diretamente ou por meio da contratação de terceiros; promover a fiscalização de campo e medições de obras e projetos; articular-se com as Prefeituras Municipais e comunidades para a delimitação e demarcação das obras hídricas do Programa e para a sua manutenção e conservação.

c) COPASA-MG: elaborar os projetos básicos, diretamente ou por meio de consultoria especializada; contratar as obras, com detalhamento dos projetos e acompanhamento das obras – apoio técnico e execução do “as built”.

d) Empresas projetistas contratadas: Cab - Consultores e Associados Brasileiros S.A.; Dam - Projetos de Engenharia Ltda.; Ecoplan Engenharia Ltda.; Engesolo Engenharia S.A.; Leme Engenharia; Pentágono Engenharia Ltda.; Tecisan - Técnica de Engenharia Civil e Sanitária Ltda.

e) Empresas construtoras contratadas: Conservasolo – Engenharia de Projetos e Consultoria Técnica Ltda.; Construtora Sanenco Ltda.; Construtora Sagendra Ltda.; Delphos Engenharia S.A.; Etenge – Empresa Técnica de Engenharia Ltda.; Franssis Engenharia Ltda.; M. Borges Engenharia Ltda.; R.B.R. Empreendimentos e Construções Ltda.; Souza Cunha Engenharia e Construções Ltda.

Na segunda etapa do Programa (Projeto de Manejo Integrado de Sub-bacias Hidrográficas), participaram os seguintes órgãos e entidades, com as respectivas atribuições:

a) Sudenor-Seplan: exercer a coordenação geral do projeto; aprovar os Planos Operativos Anuais, com base nas diretrizes do projeto; intermediar as negociações para

obtenção de recursos junto às fontes de financiamentos; firmar convênios com as fontes de financiamentos, captar e transferir os recursos para os Agentes Operacionais do Projeto, inclusive Prefeituras Municipais; supervisionar e acompanhar a execução das obras, por meio de reuniões periódicas com a Coordenação Executiva e com os órgãos operacionais; prestar contas às fontes de financiamento, dos recursos recebidos pelo Estado; responsabilizar-se pela avaliação do desenvolvimento do Projeto.

b) Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM - (antigo DRH-MG): exercer a coordenação executiva do Projeto; levantar e aferir os critérios de escolha das regiões a serem beneficiadas, assim como os critérios da implementação de conservação ambiental; realizar os estudos e as avaliações para a pré-seleção dos eixos para barramentos, em conjunto com a COPASA-MG; realizar contatos com Prefeituras Municipais, visando à consolidação dos locais a serem abrangidos pelo Projeto; realizar contatos com os proprietários rurais locais, visando à consolidação da cessão de terras para a implantação das intervenções previstas (obtenção dos contratos de comodato); acompanhar o planejamento e a programação elaborados pela COPASA-MG para o conjunto de obras em execução, em colaboração com a equipe de fiscalização das obras; participar do grupo de trabalho nas atividades pertinentes à seleção de sub-bacias nos 103 municípios; assessorar juridicamente as Prefeituras Municipais para a consolidação da cessão de terras necessárias à implantação das intervenções previstas.

c) COPASA-MG: executar os projetos e obras de engenharia dos barramentos; promover as ações necessárias para obtenção do licenciamento ambiental e da outorga do direito de uso da água reservada.

d) Instituto Estadual de Florestas - IEF: executar as ações de recuperação da vegetação ciliar dos barramentos; proteger as áreas recuperadas (construção de cercas).

e) Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais - EMATER -: promover a mobilização das comunidades envolvidas; prestar assistência técnica e desenvolver ações de educação ambiental nas áreas beneficiadas; executar a caracterização ambiental das sub-bacias; elaborar projeto técnico executivo de manejo integrado de sub-bacias.

f) Fundação Rural Mineira, Colonização e Desenvolvimento Agrário - RURALMINAS: executar as obras complementares, como o controle de processos erosivos, proteção de mananciais, conservação dos solos e da água, obras de contenção de águas pluviais, etc.

g) Prefeituras Municipais: responsabilizar-se pela operação e manutenção dos barramentos, uma vez terminadas as obras.

O Programa contou com recursos provenientes das seguintes fontes de financiamento:

a) recursos federais: Secretaria de Recursos Hídricos, do Ministério do Meio Ambiente - SRH-MMA; e Programa Comunidade Solidária.

b) recursos estaduais: orçamentários dos órgãos operacionais (DRH-MG e, posteriormente, IGAM, IEF, EMATER e RURALMINAS); do Programa SOMMA, a cargo da COPASA-MG; orçamentários da Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG.

2.2 - Concepção do Programa

Um dos conceitos mais arraigados entre os brasileiros, sejam cientistas ligados aos estudos climatológicos ou hidrológicos, ou mesmo simples habitantes das áreas semi-áridas, é o de que as secas do Nordeste brasileiro são fenômenos frequentes e constantes que ocorrem desde o Brasil-colônia. Podem ocorrer divergências quanto a suas causas, mas todos sabem seus efeitos: a miséria a que submetem grande parte da população que vive nas áreas assoladas por esse fenômeno climático.

Tanto quanto se reconhece, a permanência e a reincidência das secas nordestinas têm sido comparadas à insistência do poder público em combater seus efeitos com programas invariavelmente idênticos: a abertura de poços tubulares (também chamados, erroneamente, de artesianos) e a construção de barramentos.

Não há razão, porém, para pensarmos que essas ações sejam totalmente ineficazes. Devemos, sim, analisar as razões pelas quais a simples disponibilização de água em locais específicos é insuficiente para vencer as agruras que as secas impõem aos habitantes de zonas semi-áridas.

O caso do Nordeste brasileiro é típico. São dezenas de milhares de poços perfurados e mais de 20.000.000.000m³ de água reservados em grandes barramentos. Não obstante, as secas e a pobreza a elas associada permanecem inabaláveis.

A cada período de escassez de chuvas vemos grandes contingentes populacionais vítimas de sofrimentos incriveis. Ante a iminência de catástrofes de dimensões africanas ou convulsões sociais incompatíveis com nosso “status” de nação de economia globalizada, implementaram-se ações clientelistas: frentes de trabalho, distribuição de cestas básicas, transposição de águas do São Francisco, etc.

Eis por que cumpre-nos apoiar a concepção original do Programa de Melhoria da Oferta de Água no Semi-árido Mineiro, especialmente em sua segunda fase, o Projeto de Manejo Integrado de Sub-bacias Hidrográficas. É que, pela primeira vez, essas proposições destinadas a combater os efeitos da seca nas regiões semi-áridas do Estado buscam interferir, de maneira positiva, em algumas das questões de base que alimentam o recrudescimento do fenômeno climático e lhe dão suporte.

A filosofia básica do Programa pode ser assim resumida: “Em vez de investir em obras caras e de fachada, com efeitos reduzidos a poucas pessoas e a poucos municípios, o Programa vai ao encontro do homem onde ele está morando e sobrevivendo, para lhe proporcionar o mais escasso e essencial de todos os bens materiais - a água -, com uma concepção de engenharia simples, barata, realista e eficiente”.

Para a primeira etapa, denominada Projeto de Pequenas Barragens nos Vales dos Rios Jequitinhonha, Pardo e Mucuri, o Programa tinha os seguintes objetivos: acumular água em pequenos reservatórios sucessivos, construídos ao longo dos cursos d’água que escasseiam ou desaparecem na estação das secas, proporcionando às populações rurais condições de sobrevivência física e econômica em seu próprio “habitat”; buscar a perenização dos cursos d’água na região; melhorar as condições sanitárias e propiciar maior conforto às populações beneficiadas.

A área de abrangência do Programa, nessa primeira etapa, foi de 44 municípios localizados nas bacias hidrográficas dos rios Jequitinhonha, Mucuri e Pardo, para os quais se previam 132 barragens, distribuídas equitativamente entre eles.

Iniciada em regime de urgência, com dispensa de licitação para as obras, em 8/8/96, essa fase foi encerrada em junho de 1997, não obstante a previsão contratual de

término para 2/4/97 e termo de prorrogação para o dia 31/5/97. O atraso foi justificado pela forte incidência de chuvas, que retardou o desenvolvimento dos trabalhos. Foram construídas apenas 70 barragens em 33 municípios.

A segunda etapa do Programa, que correspondia a um melhoramento da proposta inicial, visava ao atendimento de 103 municípios, englobando também o semi-árido do Médio São Francisco. Previa-se a construção de 450 pequenos barramentos, a serem implantados em 24 meses, seguidos de ações e obras de apoio, que se estenderiam por 60 meses.

O enfoque básico dessa etapa era a “perenização” de pequenos cursos d’água, entendida na forma de ampliação da disponibilidade hídrica, no maior período possível do ano.

O Programa passou a denominar-se Projeto de Manejo Integrado de Sub-bacias Hidrográficas, com realização prevista para os anos de 1998 e 1999 e recursos financeiros de R\$ 53.109.500,00.

O Projeto propunha a construção de pequenos barramentos dispostos em série, em cursos d’água, objetivando-se a sua perenização. O manejo das bacias hidrográficas beneficiadas consistia em: aumento da disponibilidade hídrica; melhoria da qualidade da água; aumento da cobertura vegetal; recuperação das áreas degradadas.

Em 1998, estavam previstas aplicações de recursos da ordem de R\$21.000.000,00, dos quais cerca de 30% seriam destinados a ações de cunho ambiental voltadas para a recuperação e a preservação de bacias hidrográficas e de seus reservatórios. Entretanto, do total de recursos previstos para 1998, foram aplicados somente R\$7.600.000,00, sendo R\$7.300.000,00 do Governo Federal e R\$300.000,00

do Governo Estadual. Dessa forma, foram construídas 114 barragens, de um total de 200 previstas para o ano, contemplando-se 55 dos 103 municípios previstos.

Em 1999, o Programa não teve prosseguimento, paralisando-se as construções com um número final de 184 barramentos implantados em 88 municípios.

3 - As investigações

3.1 - Declarações na CPI

As declarações colhidas nas reuniões ordinárias desta CPI constituem um vasto conjunto de informações sobre as entidades dos órgãos públicos e as empresas públicas e privadas que participaram na construção de microbarramentos em Minas Gerais, nas duas etapas do Programa de Melhoria da Oferta de Água no Semi-árido Mineiro.

As informações prestadas pelos Srs. Pedro Paulo Ferreira dos Santos e Ruy José Vianna Lage, respectivamente Diretor de Recursos Hídricos e Meio Ambiente e ex-Presidente da COPASA-MG, do Rúbio de Andrade, ex-Superintendente da Superintendência de Desenvolvimento do Norte de Minas - SUDENOR - e Túlio de Araújo Mecnas, ex-Diretor do Departamento Estadual de Recursos Hídricos, hoje denominado Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM -, principais entidades de coordenação e desenvolvimento do projeto de minibarramentos, deixam claros os motivos pelos quais um programa conceitualmente bem elaborado e fundamentado apresentou resultados pífios, que caracterizam malversação de recursos públicos.

A simples leitura das sínteses dos depoimentos, anexos a este relatório, demonstra a total falta de coordenação entre os órgãos e as ações do Programa, que pretendia, numa profunda intervenção na região semi-árida mineira, aumentar a

disponibilidade e oferta de água, perenizar cursos d'água e recuperar e preservar áreas das sub-bacias hidrográficas ambientalmente degradadas.

Assim é que o Sr. Ruy Lage, em reunião desta Comissão, em 7/12/99, fez declarações com o seguinte teor: a COPASA-MG entrou no Programa por uma questão de urgência, por se encontrar presente em muitas cidades da região das secas. Foi essa urgência que determinou a impossibilidade de se fazerem licitações. Por isso, foram convidadas 15 ou 20 empreiteiras para fazerem as obras. O custo de cada barragem seria de R\$50.000,00. Ao serem feitos os projetos, verificou-se a inexistência de argila na região. Os projetos foram modificados para barragens de concreto ciclópico ou envelopado. Com isso, o custo médio passou para mais de R\$90.000,00. Mesmo custando as obras quase o dobro do previsto inicialmente, não se podia falar em malversação.

Para ele, a emergência foi muito bem caracterizada em 1996, com os decretos municipais e estadual, e, dessa forma, as obras foram contratadas sem licitação.

Cabe aqui um comentário: a segunda fase do Programa também foi considerada emergencial. Desse modo, todas as 184 barragens foram construídas sob regime de urgência, sem licitação. Em contrapartida, o Sr. Valter Vilela, funcionário da COPASA-MG, representando seu atual Presidente, Sr. Marcelo Siqueira, havia declarado, em 23/11/99, que os projetos e a fiscalização das obras previstas para a segunda etapa do Programa - 450 barragens em 103 municípios - passaram por um processo licitatório comum.

O Sr. Ruy Lage afirmou ainda que teve notícias da ocorrência de subempreitadas nas obras, mas que isso deve ter sido feito por meio de “contrato de gaveta”. Segundo

ele, as subcontratações são proibidas pela COPASA-MG, que não considera lícito esse procedimento. As empresas que assim procederam agiram contra as normas da COPASA-MG.

Pelo menos em dois casos, a CPI pôde comprovar a prática de subempreitadas: na construção da barragem do Lagoão, em Araçuaí, quando a RBR contratou a empresa Ednezer Terraplanagens e Construções Ltda.; e na barragem de Água Suja, em Berilo, conforme declarou à Comissão o Sr. Leonardo Eulálio Lélis, Diretor da OEL, subcontratado pela Construtora Integral.

O ex-Diretor de Recursos Hídricos e Meio Ambiente da COPASA-MG, na reunião de 22/2/2000, negava ser de seu conhecimento a prática de subempreitadas na execução do Programa. Porém, ante as evidências obtidas pela Comissão, reconheceu, em 18/4/2000, pelo menos um caso específico, mas não da forma mencionada pela Comissão. Segundo ele, a subcontratação foi legal e oficial.

Disse ele que, em sua gestão, tomou todas as precauções e providências para que as empreiteiras reparassem qualquer dano que houvesse na obra. Entretanto, as empresas Integral/ OEL, Franssis, Sanenco e Conservasolo declararam que não foram notificadas de problemas nas barragens de Itinga, Caititu, Água Suja e Cachoeira do Pajeú.

O ex-Diretor da COPASA-MG afirmou que, desde sua concepção inicial, não era missão do Programa levar água tratada à casa de ninguém. Acrescentou que em nenhum momento foi dito que o Programa levaria água às casas dos munícipes; aliás, ficou claro, quando do licenciamento ambiental, que isso deveria ser feito por projetos complementares, ainda sem recursos financeiros.

Devemos lembrar que o Programa teve sua primeira fase - 70 barramentos - executada em 1996 e 1997, sem nenhuma licença ambiental. Só na segunda fase, que teve início em junho de 1998 e contemplou a construção de 114 barragens, foram obtidas as licenças ambientais, em 8/8/98. Fica claro para a CPI que, se não havia o propósito de levar água às casas, a desinformação criou uma enorme e falsa expectativa.

Segundo o Sr. Pedro Paulo, quem indicava os locais de maior carência hídrica era o Prefeito. Se houve enganos e erros, estes não podem ser atribuídos à COPASA-MG. Mas, de forma surpreendente, completa, logo em seguida: “Os locais escolhidos foram os que, de acordo com o entendimento dos técnicos, realmente eram os corretos para se construir uma barragem dentro do princípio de disponibilização de água para os municípios. Tomamos as decisões de mudança de eixo em função técnica, por questões geológicas, de não-engastamento de ombreira e outros”.

Sobre o projeto dos barramentos, afirmou: “O custo previsto por barramento naquela etapa foi um custo estimado, baseado em um projeto hipotético, elaborado pelo IGAM, pelo Prof. Adir de Freitas, e pelo José Cláudio Campos. Então, houve um projeto padrão, hipotético, que foi estimado em R\$50.000,00. Ao se fazer essa estimativa, não se verificou que não estavam contemplados mobilização e desmobilização do canteiro de obras, escavação e tratamento da fundação da barragem. Considerou-se que a barragem seria assentada em solo natural, que todos os solos teriam resistência razoável.

A COPASA-MG só teve conhecimento de que existiam essas deficiências posteriormente, quando foi elaborar os projetos, iniciar o seu trabalho de fato. Aí, sim, é que se perceberam essas deficiências do projeto. E não poderíamos deixar de licenciar

as obras, de complementar os projetos, com ombreiras bem definidas, com fundação bem definida, o que só foi possível ao longo do tempo, uma vez que a obra era emergencial. Dessa forma, a obra custou mais e mostrou, com clareza, a todos os que participaram do Programa que R\$50.000,00 é um custo baixo para se desenvolver um projeto desse nível, com barragens desse tipo”.

O Sr. Rúbio de Andrade, ex-Superintendente da SUDENOR, declarou, em 7/12/99, que “foi instituído um comitê interinstitucional, também denominado grupo de trabalho do Programa, que discutia todo o avanço do programa de manejo integrado de sub-bacias e tomava as principais decisões”.

Esse comitê, durante a segunda etapa do Programa, tinha reuniões quase todo mês. Mas é fato constatado pela CPI que suas decisões tinham muito pouca força perante os órgãos executores. Há declarações do Sr. Valter Vilela de que a COPASA-MG se dirigia a ele apenas para cobrar recursos financeiros.

Sobre a questão das contratações sem licitações, relativa à segunda fase, afirmou: “Com relação à segunda, participei das primeiras definições, e o que se esperava era exatamente isso que a senhora disse. Estávamos no meio do processo de planejamento quando tivemos, mais uma vez, uma seca muito forte, e houve uma enorme pressão política para que a execução do Programa fosse iniciada, já que havia disponibilidade de recursos. Assim foi feito. O planejamento foi atropelado por uma emergência. Por se achar que essa era uma boa solução, que a primeira etapa, que era piloto, apesar dos pesares, havia funcionado de maneira razoável, a idéia era continuar esse Programa. Mas, no meio do caminho, fomos pegos por uma emergência. Tomou-

se, então, a decisão de iniciar o Programa em caráter emergencial também. Portanto, o planejamento não foi tão acurado como estávamos caminhando para que fosse”.

Para o Sr. Túlio de Araújo Mecnas, segundo declarou em 29/2/2000, “as diretrizes que nortearam esse Programa previam que os microbarramentos deveriam atender prioritariamente ao abastecimento humano”.

Sobre os barramentos, afirmou: “os projetistas optaram inicialmente por concreto envelopado e ciclópico, estabelecendo um projeto padrão para cada tipo de barragem. A execução dos microbarramentos teve início em outubro de 1996, coincidindo com a temporada das chuvas na região”.

“Todos os problemas que ocorreram e que ocorrem normalmente em uma construção foram detectados. Foram repassadas à COPASA-MG as orientações técnicas, para que se fizessem as correções devidas: problemas de vazamento, desbarrancamento de encostas, etc. Tudo isso foi sendo sanado à medida que os problemas iam sendo comunicados às empreiteiras.”

“Sabemos que, em um percentual das barragens, realmente ocorreram problemas técnicos. Mas é um percentual que consideramos pequeno em relação ao montante de obras que foram executadas.”

“Toda essa parte financeira ficou a cargo da COPASA-MG. Foi ela quem contratou o projeto e tudo. A nossa parte de coordenação executiva se resumiu à escolha dos locais, ao contato com as comunidades, ao acompanhamento de todos os órgãos, orientando todos eles sobre como proceder no projeto como um todo.”

“Temos um universo de 12 barragens. Algumas realmente tiveram problema de vazamentos e precisam ser consertadas.”

“Acredito que a COPASA-MG já tenha acionado todas as empreiteiras, uma vez que é uma obrigação sua. A obra é entregue, e os pontos técnicos que estão gerando problema precisam ser corrigidos.”

“Quanto à água imprópria para o consumo, o Programa não teve, em momento algum, como finalidade bombear, tratar e distribuir água. O trabalho do Programa, na primeira etapa, foi reservar água para o consumo humano e animal.”

“Acho difícil fazer uma avaliação sobre superdimensionamento sem conhecer os estudos hidrológicos da região.” Cumpre-nos lembrar que o Sr. Túlio é um dos coordenadores executivos do Programa.

“As ações ambientais estavam previstas e representavam cerca de 30% do custo, mas não foram executadas.”

“É importante frisar também que, na primeira etapa, que foi muito tumultuada, não tínhamos engenheiro. Tomamos engenheiro emprestado do DER-MG e da COPASA-MG, para montar uma equipe para solucionar o problema, que era emergencial. Na segunda fase, a coisa já foi mais planejada e montada.”

“Um dia, fui chamado a um local onde já tínhamos colocado os piquetes, pintado, mandado limpar, para ver o que o Prefeito fez: deslocou para a sua fazenda, pintou os piquetes novamente. Quando os caras chegaram para trabalhar, mostraram o lugar que tinham marcado. Começaram a escavar. Mas, quando cheguei lá, mandei

suspender a obra e falei que não era ali. Íamos, inclusive, entrar com um processo contra esse Prefeito para ele ressarcir o início da obra que tinha sido perdido.”

“Algumas realmente têm defeitos que foram considerados sérios, como vazamentos e infiltrações muito fortes, e não haverá solução. Mas esse número é muito pequeno em relação ao que podemos recuperar.”

Por essas declarações, não resta dúvida de que o Programa era, na realidade, a própria torre de Babel. Sem coordenação e sem integração entre as diversas tarefas, não havia como obter-se o rendimento que se deve exigir de um investimento público. Tratados dessa forma, os escassos recursos financeiros destinados a essas áreas tão carentes do Estado de Minas Gerais jamais poderão modificar a realidade cruel, de pobreza e degradação ambiental, que infelicita os habitantes dos Vales do Jequitinhonha, do Mucuri, do Pardo e do São Francisco, na região semi-árida.

3.2 - Visita técnica realizada

A CPI das Barragens, cumprindo a programação preestabelecida, promoveu, nos dias 13 e 14/4/2000, uma visita aos Municípios de Araçuaí, Berilo, Francisco Badaró e Itinga, com o intuito de verificar "in loco" a situação de algumas barragens construídas no semi-árido mineiro. Estiveram presentes os Deputados Marcelo Gonçalves, Bilac Pinto e Maria José Haueisen, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e relatora da CPI, além do Sr. Eustáquio Lomelino Cardoso, Chefe da Divisão de Tecnologia de Oferta Hídrica do IGAM, da assessoria da Comissão e de uma equipe da TV Assembléia. Acompanharam também os trabalhos, em cada município, os Prefeitos Municipais, Vereadores, técnicos da EMATER, lideranças locais e moradores das comunidades beneficiadas.

No dia 13/4/2000, após a chegada a Araçuaí, a Comissão deslocou-se até o Município de Francisco Badaró, onde visitou a barragem construída no rio Sucuriú, na localidade denominada Fazenda Badaró, próximo à sede do município. A seguir, os parlamentares dirigiram-se ao Município de Berilo, onde puderam constatar os problemas existentes na barragem construída no córrego Caititu, na comunidade de Caititu de Cima. A convite do Prefeito Municipal de Berilo, Sr. José Botelho de Souza, a Comissão visitou uma barragem construída pela Prefeitura, com recursos próprios, da ordem de R\$18.000,00, e que se encontrava em perfeito funcionamento. No mesmo dia, a CPI visitou a obra construída na localidade denominada Chapada do Lagoão, no Município de Araçuaí.

No dia seguinte, a Comissão dirigiu-se ao Município de Itinga, acompanhada pelo Prefeito Charles Azevedo Ferraz, para verificar a situação da barragem erguida no córrego dos Veados, na comunidade de Empedrado do Pasmado.

A CPI detectou problemas de naturezas variadas em todas as barragens visitadas, exceto na construída pelo Prefeito de Berilo, com recursos próprios. Esses problemas, conforme os depoimentos obtidos de técnicos, Vereadores e pessoas das comunidades que acompanhavam a Comissão, além da própria constatação visual, diziam respeito a rompimento de ombreiras, vazamentos generalizados, mau funcionamento das comportas, assoreamento parcial ou total dos lagos das barragens, má localização dos eixos dos barramentos, falta de manutenção e de obras complementares para a conservação das barragens.

Em Francisco Badaró, verificou-se que a barragem visitada não serve ao propósito para o qual foi erguida, qual seja o de acumular água. Uma das ombreiras

rompeu-se completamente, há vazamentos de fundo, junto à comporta (que não funciona), e o lago encontra-se completamente assoreado. Além disso, conforme já registrado pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária em visita promovida em 1º/10/97, a barragem localiza-se em uma propriedade particular, próxima à sede do município, e não beneficia a comunidade, mas apenas o proprietário da fazenda.

Da mesma forma, a barragem visitada em Berilo, em local íngreme, de acesso difícil, não traz o menor benefício à população local. Segundo moradores das proximidades, além de vazamentos de fundo, a comporta, destinada a manutenção e limpeza, jamais funcionou, o que acarretou o completo assoreamento da represa, poucos meses após sua inauguração. O que se observou no local foi o plantio de culturas de subsistência (abóbora, milho, feijão) na área onde deveria estar o espelho d'água.

Também não se justifica a obra localizada na comunidade de Chapada do Lagoão, em Araçuaí, apesar de estar acumulando água no dia da visita. Verificou-se que o barramento foi construído ao longo de uma lagoa natural, ou seja, em local que, na época chuvosa, acumula água naturalmente e que, em épocas de estiagem, não reserva água alguma. Segundo depoimentos de líderes da comunidade, desde sua construção em 1997, é a primeira vez que a barragem “enche”, da mesma forma que outras lagoas naturais existentes na região, certamente em virtude das chuvas regulares observadas na região neste ano.

Em Itinga, a Comissão mais uma vez verificou que a represa erguida no córrego dos Veados jamais cumpriu a finalidade de acumular água para o abastecimento da comunidade. Observou-se que uma das ombreiras da barragem foi assentada em solo

muito arenoso, o que fez com que o terreno cedesse nesse ponto (na primeira chuva mais forte, segundo depoimento de moradores). Com isso, o rio teve apenas seu curso desviado, passando agora ao largo da barragem.

3.3 - Pesquisa junto às Prefeituras

De posse da relação de Prefeituras Municipais beneficiadas com pequenos barramentos construídos durante as duas etapas do Programa de Melhoria da Oferta de Água no Semi-árido Mineiro, esta Comissão remeteu a todas elas um questionário simples, cujo objetivo era a obtenção de informações sobre o estado atual da obra e do uso a que se destinam as águas ali acumuladas. Os questionários foram respondidos por 45 Prefeituras, relatando a situação de 79 microbarramentos. De acordo com as respostas obtidas, 40 dessas obras apresentam problemas variados, que vão desde o vazamento em comportas até os generalizados, nos maciços, nas ombreiras e nos subleitos. O assoreamento é o problema mais constante nos reservatórios, e obras complementares foram feitas apenas em sete deles. A EMATER foi, dentre os participantes do Programa, a que mais vezes cumpriu com suas obrigações contratuais. Em contrapartida, a RURALMINAS foi a mais ausente.

O quadro-síntese com as respostas das Prefeituras ao questionário consta nos anexos a este relatório.

Um levantamento mais completo sobre a atual situação dos barramentos e de seus reservatórios foi realizado por equipe técnica do IGAM. Esse trabalho foi iniciado ao final de 1999 e concluído em fevereiro do corrente ano.

Foram vistoriados todos os 184 barramentos construídos em 88 municípios dos vales do Jequitinhonha, do Pardo, do Mucuri e do Médio São Francisco.

Os resultados podem ser sintetizados como a seguir: 65 barramentos, ou 35,3% do total, com problemas no maciço, que resultam em vazamentos aproximadamente de 1l/s de água ou volume superior - perdas d'água classificadas, na tabela anexa a este relatório, como "vazamento" ou "vazamento acentuado" e estimadas em 86,4m³/dia. 155 reservatórios, ou 84,2% do total, sem limpeza da bacia de acumulação e cerca para fechamento da área. Não foram vistoriadas as obras complementares previstas para o curso d'água a montante do reservatório. Seis reservatórios totalmente assoreados e 31 muito assoreados.

Foram anexadas a este relatório as tabelas que sintetizam os resultados do levantamento realizado pelo IGAM.

4 - Conclusões

Ao encerrarmos os trabalhos desta Comissão, ao final de uma jornada de 180 dias, com inúmeras reuniões em que ouvimos depoimentos de convidados, representantes dos órgãos públicos e das entidades direta e indiretamente envolvidos no Programa de Melhoria da Oferta de Água no Semi-árido Mineiro, bem como de representantes das autoridades públicas dos municípios beneficiados pelas obras, de representantes de organizações não governamentais e de lideranças populares, e após realizarmos uma visita técnica a alguns barramentos, podemos afirmar que os resultados alcançados ficaram muito aquém dos objetivos do Programa.

Na construção de 184 barramentos em 88 municípios dos vales do Jequitinhonha, do Mucuri, do Pardo e do Médio São Francisco, as obras foram contratadas, nas duas etapas do Programa, sem licitação pública, sob a alegada necessidade de combate emergencial aos efeitos das secas que ocorreram no final dos

anos de 1996 e 1997. É importante lembrarmos que os contratos que previam a entrega das obras da primeira fase, previstas inicialmente para abril de 1997, foram prorrogados para 31 de maio do mesmo ano, com o argumento de ocorrência de chuvas excessivas na região.

O que pudemos observar durante os trabalhos da Comissão foi que, apesar de existir um Comitê Interinstitucional denominado Grupo de Trabalho do Programa, com representantes de todos os órgãos e entidades envolvidos nos projetos, as decisões por ele tomadas não eram implementadas no campo. Assim, o Programa não teve uma coordenação efetiva, capaz de distribuir tarefas, cobrar resultados e exercer um efetivo controle dos recursos públicos aplicados. Apesar da afirmação de que a distribuição dos recursos financeiros ocorreu de forma proporcional às tarefas a serem executadas, conforme declarou o ex-Superintendente da SUDENOR, Sr. Rúbio de Andrade, o Programa praticamente se limitou à construção dos barramentos, conforme uma observação muito pertinente da Caritas Diocesana de Almenara.

Um exemplo gritante dessa falta de atuação dos órgãos e das entidades públicas foi dado pela RURALMINAS, que, tendo recebido patrulhas mecanizadas adquiridas com recursos provenientes da Cia. de Mineração de Minas Gerais - COMIG -, num total de US\$5.000.000,00, executou menos de 30% das tarefas que lhe cabiam. É uma queixa generalizada das Prefeituras Municipais a falta das obras complementares que competiam a essa Fundação.

A esse respeito, a Comissão conclui que foi um abuso a entrega das obras - dadas como prontas tão logo se implantou o barramento - às Prefeituras Municipais. Obrigaram-se, dessa forma, as empobrecidas Prefeituras das regiões citadas a realizar

uma tarefa imensa, que era a manutenção dos reservatórios e, conseqüentemente, da boa qualidade das águas, sem que houvesse a complementação indispensável das proteções de montante. Esse fato pode ser constatado pelo levantamento concluído pelo IGAM em fevereiro deste ano, no qual foram contabilizadas 155 barragens sem obras complementares, 65 com vazamentos graves no corpo do maciço e 5 praticamente irrecuperáveis.

Mesmo sabendo desses problemas, os técnicos da coordenação do Programa não viram nenhum problema em transferir para as Prefeituras tamanho ônus.

Não há, pois, que duvidar, ante a avaliação feita pelo IGAM, da malversação dos recursos públicos aplicados no Programa de Melhoria de Água do Semi-árido Mineiro.

Ainda nos referindo à falta de uma coordenação que resultasse na administração eficiente do Programa, permitiu-se que as próprias empresas projetistas das obras decidissem pelo uso preferencial de concreto envelopado ou ciclópico nos barramentos. Assim, na primeira etapa, das 70 barragens implantadas, 43 eram de concreto envelopado, 25 de ciclópico e 2 de outros materiais, segundo declarou o Sr. Túlio Mecenas, ex-Diretor do DRH. Como resultado, o material empregado na grande maioria das obras foi justamente o de custo unitário mais elevado. Além disso, o concreto envelopado representava o uso de uma técnica ainda pouco dominada para uso em barramentos. As empresas contratadas não tinham experiência no uso desse material, conforme declarações constantes nas notas taquigráficas.

Também nos causou espanto a declaração do Sr. Orlando Vignoli, projetista da DAM Engenharia, de que fazia parte de um grupo-tarefa, constituído pelas empresas que ganharam a licitação dos seis blocos em que foi dividida a segunda etapa do

Programa, para elaborar os projetos e a fiscalização das obras dos 450 barramentos previstos. Isso se nos afigura formação de cartel, sendo os projetos e a fiscalização loteados entre as prestadoras de serviço, provavelmente sem a anuência da COPASA-MG. É importante lembrar que a fiscalização e o projeto de cada obra custaram aos cofres públicos mais de R\$8.000,00, conforme declarou o Sr. Valter Vilela, da COPASA-MG. E todos nós desta Comissão sabemos o resultado desses projetos - comportas maldimensionadas e com vazamentos, ombreiras impróprias, rachaduras generalizadas nos maciços e vazamentos nos mais diferentes pontos das obras. Além disso, falou-se muito nesta Comissão de um projeto hipotético, cuja utilidade real, acreditamos, ainda está para ser entendida.

A Comissão comprovou, por testemunhos das próprias empreiteiras, a ocorrência de subempreitadas, tão veementemente negadas pelo Sr. Pedro Paulo Ferreira dos Santos, ex-Diretor de Recursos Hídricos e Meio Ambiente da COPASA-MG.

Outro aspecto relevante foram os deslocamentos de eixos previamente marcados para atendimento a interesses alheios aos objetivos do Programa.

Registramos, ainda, como mais um fato grave as declarações dos representantes das empreiteiras que executaram obras notoriamente defeituosas, como as barragens de Caititu, Cachoeira do Pajeú, Córrego Pasmado, Água Suja, Lagoão, São João do Paraíso e rio Sucuriú, de que, até aquele momento, não tinham recebido nenhuma da COPASA-MG a respeito dos problemas.

É imperativo que esta Comissão exija dos órgãos públicos coordenadores do Programa a adoção de ações cabíveis - se necessário, de ordem judicial - para a recuperação de todas as obras com problemas que comprometam o seu bom

funcionamento. Isso inclui um conjunto mínimo de 65 barramentos listados na vistoria realizada pelo IGAM no corrente ano. É importante frisar que vazamentos próximos a um litro por segundo, ou seja, cerca de 84 metros cúbicos por dia, representam uma perda insuportável para a maioria dos pequenos reservatórios existentes na região do semi-árido mineiro.

Não obstante todos os problemas detectados na condução do projeto, esta Comissão considera que a construção de microbarramentos nas regiões áridas do território mineiro, seja para perenizar cursos de água, seja para assegurar o abastecimento de pequenas comunidades, é uma das principais vertentes para o combate aos efeitos da seca e a solução dos problemas dela decorrentes.

5 - Recomendações

Esta Comissão recomenda que sejam adotadas as medidas a seguir listadas, visando à recuperação e ao bom funcionamento das obras implantadas nos 88 municípios beneficiados, bem como à retificação de rumos para a retomada urgente e imediata do Programa.

Sejam retomadas a construção das obras inacabadas, entre as quais se incluem as ações complementares nos barramentos já construídos, e a construção dos 266 barramentos que faltaram para completar os 450 previstos, de forma a cumprir a meta de um número mínimo de barramentos por curso de água, que permita alcançar a sua perenização. Lembre-se que não se trata de construções, mas sim de dar continuidade ao Programa, transformando-o em ação permanente de combate aos efeitos das secas.

Seja promovido, no âmbito da Assembléia Legislativa, um debate público sobre a criação de um órgão capaz de centralizar todas as políticas governamentais voltadas

para o combate aos efeitos da seca e a promoção de condições para o convívio da população com esse fenômeno climático. O debate deverá estar embasado na discussão do Projeto de Lei nº 428/99, da Comissão Especial da Seca, que prevê a criação de um conselho estadual de combate aos efeitos da seca e a criação de um instituto que seja o braço executivo das ações oriundas daquele órgão.

Sejam remetidas ao Ministério Público, na íntegra, as notas taquigráficas das reuniões desta Comissão dos dias 25/4/2000 e 2/5/2000, às quais compareceram os representantes das empresas construtoras das obras investigadas, bem como uma cópia deste relatório, para as providências cabíveis, relativas ao ressarcimento ao erário das quantias indevidamente gastas em obras defeituosas ou inacabadas.

Seja promovida a revisão dos termos de compromisso assinados entre as prefeituras municipais e os órgãos executores do Programa, que impõem ao poder público municipal a obrigação inviolável de manter os reservatórios limpos sem a implementação das obras complementares.

Seja requerida aos atuais dirigentes dos órgãos gestores do Programa a abertura de inquérito administrativo para apurar as razões da não-execução das obras e ações complementares da responsabilidade direta de cada órgão envolvido no Programa.

Seja requerida aos atuais dirigentes dos órgãos e das entidades participantes do Programa a realização de auditoria para apurar os fortes indícios e as graves suspeitas apuradas por esta CPI de superfaturamento nas obras realizadas, bem como recomendar ao Tribunal de Contas a revisão das prestações de contas relativas a essas obras.

A Comissão Parlamentar de Inquérito agradece a todos que contribuíram com os seus trabalhos, em especial às autoridades a seguir relacionadas, pelo apoio durante a realização de nossas visitas técnicas e pelos depoimentos prestados à Comissão, expondo os problemas dos barramentos na sua região: Srs. Charles Azevedo Ferraz, Prefeito Municipal de Itinga; José Botelho de Souza, Prefeito Municipal de Berilo; Maria do Carmo Ferreira da Silva, Prefeita Municipal de Araçuaí; Rogério Rocha Rafael, Presidente da Associação dos Municípios do Médio Jequitinhonha - AMEJE -; Ronaldo Mota Dias, Presidente da Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE - AMAMS.

Agradece também aos atuais dirigentes da SUDENOR, da COPASA-MG, da EMATER, do IEF, da RURALMINAS, da Fundação João Pinheiro e do IGAM, especialmente à Sra. Maria de Lourdes Pereira dos Santos, Diretora de Desenvolvimento Hídrico, e ao Sr. Eustáquio Lomelino Cardoso, Chefe da Divisão de Tecnologia de Oferta Hídrica.

Sala das Comissões, 16 de maio de 2000.

Marcelo Gonçalves, Presidente - Maria José Haueisen, relatora - Bilac Pinto - Dimas Rodrigues - João Paulo.

- Publicar para os fins do parágrafo único do art. 114 do Regimento Interno.